

CNseg divulga novos presidentes das Comissões Temáticas

A CNseg conta com 17 Comissões Temáticas ativas, que reúnem quase 500 integrantes de empresas do setor segurador filiadas a uma das Federações que compõem a Confederação – FenSeg, FenaPrevi, FenaSaúde e FenaCap. No último dia 28 de abril, o Conselho Diretor da CNseg – formado pelos presidentes e CEOs das seguradoras – aprovou os nomes indicados para as presidências dessas Comissões no triênio 2022-2025.

As Comissões Temáticas da CNseg têm como atribuição a apreciação de assuntos relacionados às atividades de interesse geral do setor segurador e de assuntos pertinentes a mais de uma Federação, propondo e encaminhando matérias e trabalhos técnicos. O trabalho desenvolvido por essas Comissões envolve, por exemplo, a avaliação de impacto de novas normas regulatórias ou a proposição de iniciativas a serem promovidas pela CNseg em prol do aprimoramento do setor de seguros, previdência privada, saúde suplementar e capitalização.

De caráter consultivo, essas Comissões têm suas recomendações condicionadas à aprovação do Conselho Diretor da CNseg, reunindo-se remota ou presencialmente - geralmente, uma vez ao mês.

Podem ser constituídos, no âmbito das Comissões Temáticas, Grupos de Trabalho específicos (GTs) para tratar de assuntos de interesse do setor segurador que exijam análise técnica mais apurada. Esses Grupos de Trabalho podem ter caráter temporário ou permanente, dependendo da natureza e relevância do tema tratado.

Mandato

Os três anos de mandato dos Presidentes das Comissões são coincidentes com os do Conselho Diretor da Confederação, sendo admitida a recondução ao cargo. Assim como os demais membros das Comissões, os Presidentes não recebem qualquer remuneração da CNseg para participarem desses grupos.

Esses integrantes devem, preferencialmente, exercer funções no nível mínimo de gerência em suas empresas e ter notória especialização nas áreas de conhecimento relacionadas ao mercado segurador e temas de sua Comissão.

As Comissões Temáticas também podem contar com funcionários da CNseg e das Federações que a integram a CNseg, mas sem direito a voto.

Comissão de Digitalização é posta em inatividade

A Comissão de Digitalização da CNseg (CDIG) foi criada em janeiro de 2017 com dois principais objetivos: contribuir para o aprimoramento dos requisitos relativos ao valor legal dos documentos digitalizados e para a viabilização da oferta de seguros através de canais digitais.

Com a publicação da [Circular SUSEP nº 605/2020](#) e das Resoluções [CNSP nº 359/2017](#) e nº [408/2021](#), - frutos de consultas públicas que contaram com a participação da CNseg, - além do [Decreto nº 10.278/2020](#), o Conselho Diretor da Confederação considerou que os objetivos traçados originalmente foram totalmente alcançados e deliberou por colocar a Comissão de Digitalização em inatividade, até que se identifiquem novos temas relacionados à agenda de digitalização para serem levados ao respectivo fórum.

Comissões Técnicas

Assim como a CNseg, as Federações – FenSeg, FenaPrevi, FenaSaúde e FenaCap – possuem também as suas Comissões, denominadas de Comissões Técnicas, totalizando 37 grupos. Cabe a elas o estudo de assuntos relacionados com as operações de seguro dos ramos ou agrupamento de ramos a que se refere cada uma, propondo e encaminhando assuntos e trabalhos técnicos, de acordo com os interesses do setor segurador, atuando na assessoria à diretoria da respectiva

Federação em suas áreas específicas.

[Clique aqui para acessar a página com a lista das Comissões Temáticas da CNseg](#)

Veja abaixo a lista dos novos presidentes de Comissões Temáticas da CNseg:

1. Comissão Atuarial (CAT): Marcos Vinícius Spiguel (Prudential do Brasil);
2. Comissão de Administração e Finanças (CAF): Rodrigo Andrade de Moraes (Itaú Vida e Previdência);
3. Comissão de Assuntos Fiscais (CAFIS): Valter Deperon(Swiss Re);
4. Comissão de Governança e Compliance (CGC): Eugênio Duque Estrada Felipe (Mongeral EAGON);
5. Comissão de Gestão de Risco (CGR): Laurindo Lourenço dos Anjos (XS3 Seguros);
6. Comissão de Investimentos (CINV): John Liu (Zurich Santander);
7. Comissão de Processos e Tecnologia da Informação (CPTI): José Camilo Ciuffatelli (Tokio Marine);
8. Comissão de Resseguro (CR): Nilton Rafael Haiter (Tokio Marine),
9. Comissão de Inteligência de Mercado (CIM): Gilberto Garcia (Liberty Seguros)
10. Comissão de Ouvidoria (COV): Silas Rivelle Jr. (Unimed Seguradora);
11. Comissão de Recursos Humanos (CRH): Patrícia Quirico Coimbra (Sul América)
12. Comissão de Relações de Consumo (CRC): Maria Carolina de Oliveira (Tokio Marine);
13. Comissão de Seguros Inclusivos (CSInc): Eugênio Liberatori Velasques (Bradesco Vida e Previdência);
14. Comissão de Integração ASG (CIASG): Maria de Fátima Mendes de Lima (Mapfre Seguros Gerais);
15. Comissão de Comunicação e Marketing (CCM): Alexandre Nogueira (Bradesco);
16. Comissão de Assuntos Jurídicos (CAJ): Washington Luis Bezerra da Silva (Zurich Brasil Seguros);
17. Comissão da Lei Geral de Proteção de Dados (CLGPD): Sergio Roberto de Oliveira (Tokio Marine Seguradora).

Governo divulga portaria sobre Seguro Rural

O seguro Rural indeniza os produtores rurais quando há perda de safra em decorrência de eventos climáticos

No primeiro trimestre deste ano esse tipo de seguro apresentou crescimento de 50,3% em relação ao primeiro trimestre de 2021 em decorrência, principalmente, do aumento da demanda.

Com o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) para o exercício de 2022, divulgado pelo Ministério da Agricultura no último dia 17, um maior número de produtores poderá contratar o seguro rural, que cumpre importante papel no campo, sobretudo quando suas garantias alcançam pequenos e médios produtores rurais.

“A medida deve ajudar na expansão do seguro rural, justamente por reduzir seus custos de aquisição pelos produtores. O seguro é vital para mitigar os riscos que envolvem as atividades agrícolas”, afirma Dyogo Oliveira, presidente da Confederação Nacional das Seguradoras - CNseg.

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) para o exercício de 2022 deverá garantir a contratação de aproximadamente 140 mil apólices de seguro rural em todo o país.

De acordo com o Mapa, do orçamento já disponibilizado, R\$ 500 milhões serão para as culturas de inverno (milho 2ª safra, trigo e demais grãos de inverno), R\$ 324 milhões para os grãos de verão, R\$ 72 milhões para as frutas, R\$ 12 milhões para a modalidade pecuária, R\$ 2 milhões para a modalidade de florestas e R\$ 80 milhões para as demais culturas.

Atualmente, 16 seguradoras estão habilitadas a operar no PSR, de acordo com o governo. No ano passado, as indenizações pagas no seguro rural somaram R\$ 5,4 bilhões. Já no primeiro trimestre do ano as seguradoras já pagaram R\$ 5,8 bilhões em indenizações a produtores, de acordo com o Mapa.

Fonte: CNseg, em 25.05.2022.